

Inovação para aumentar eficiência e reduzir poluição



Estudantes do Isitec em visita à EMTU no desenvolvimento dos projetos incubados.

Propostos por estudantes do Isitec durante maratona realizada em 2017, projetos foram incubados pela EMTU e podem aprimorar serviço prestado pela companhia de transporte. **Página 5**



JUSTIÇA DO TRABALHO É FUNDAMENTAL

A REFORMA TRABALHISTA introduzida pela Lei 13.467, em vigência desde o ano passado, é um grave retrocesso que retira vários direitos dos trabalhadores. Por isso mesmo, embora a legislação tenha sido aprovada, vimos atuando junto às empresas para que os engenheiros não sejam afetados por medidas que os prejudicam, como, por exemplo, o trabalho intermitente, a famigerada pejotização, a exclusão da negociação coletiva ou mesmo a homologação em caso de rescisão do contrato sem a devida assistência do sindicato.

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

Equívocada ao retroceder no avanço civilizatório que representam as regras que podem garantir o conceito de trabalho decente, essa reforma certamente se mostrará também um erro do ponto de vista econômico. Ao capitalismo avançado e à prosperidade da sociedade interessam profissionais capazes e valorizados, não mão de obra precarizada e aviltada.

Nesse pacote lamentável, um aspecto extremamente negativo da reforma trabalhista é que ela atinge em cheio a Justiça do Trabalho ao dificultar de várias formas o acesso do empregado a ela. A situação é descrita pelo presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Gui-

lherme Guimarães Feliciano, em entrevista nesta edição do **JE**: “O que já é perceptível no momento é a dificuldade criada para o acesso à Justiça, que afeta principalmente o trabalhador mais pobre. Mesmo que o juiz declare a condição de pobreza do trabalhador, ele ainda terá que arcar com despesas de perícias que forem necessárias no processo e com os honorários do advogado da empresa se por acaso perder em alguma das suas pretensões. Isso significa uma recusa ao próprio acesso à Justiça por meio de obstáculos econômicos que, portanto, fazem com que trabalhadores, embora convictos dos seus direitos, evitem ir à Justiça com medo das consequências. Nós teremos uma queda do número de ações baseada em temor, e aí estaremos retrocedendo um debate já consolidado, de superar as barreiras econômicas, de Justiça gratuita.”

Como também aponta o representante dos magistrados, este novo cenário pode impedir que a Justiça do Trabalho cumpra seu papel essencial de garantir o equilíbrio da relação capital-trabalho, o que é fundamental numa democracia. A sociedade não deve se iludir com a propaganda elaborada para difundir a ideia que a reforma trabalhista é moder-

nizadora. A correlação de forças entre um único trabalhador que depende de seu ofício para sobreviver, ainda que altamente qualificado, e uma grande empresa não se tornou simétrica por um passe de mágica dado no Congresso e confirmado pelo governo. Para que essa relação não seja totalmente desfavorável ao lado mais frágil, é preciso, em primeiro lugar, que haja organização cole-

A instituição tem papel essencial de garantir o equilíbrio da relação capital-trabalho, o que é imprescindível numa democracia.

tiva, portanto, sindicatos capazes de atuar. Depois, é essencial um poder instituído que impeça os abusos. Esse é o papel da Justiça do Trabalho. Em 26 de fevereiro último, tomou posse como novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) o ministro João Batista Brito Pereira. Desejamos a ele sucesso na tarefa de conduzir a instituição, assegurando o seu fortalecimento e valorização, a bem da sociedade brasileira.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Marcos Wanderley Ferreira, Newton Guenaga Filho, João Paulo Dutra, Fernando Palmezan Neto, Edilson Reis, Antonio Roberto Martins, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flavio José Albergaria de Oliveira Brízida, Henrique Monteiro Alves, Aristides Galvão, Carlos Hannickel, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Di Stefano Mariano, Fabiane B. Ferraz, Gil Chacur, Gley Rosa, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Marcellie Dessimoni, Mário Luiz Donato, Meire Garcia, Nestor Tupinambá, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Sérgio Granato. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: Março de 2018. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/

ou pelos telefones:
(11) 99173-0651
(11) 3284-9880

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).

Página 5

visite nosso site www.seesp.org.br

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio:  **CREA-SP**

Oito de março, temos o que comemorar?

Marcellie Dessimoni e Jéssica Trindade

EM MEIO À CRISE POLÍTICA, econômica e social que assola o Brasil, onde estão as nossas mulheres? No passado, foram representadas por guerreiras que lutaram contra a opressão, por direitos e pelo seu espaço no mundo. É chegado o momento de revivermos e recriarmos um novo marco e não apenas comemorar as conquistas, mas lutar incansavelmente para mantê-las e alcançar a verdadeira igualdade de gênero.

A bandeira do empoderamento feminino – levantada mundialmente no 8 de março, Dia Internacional da Mulher – deve se tornar uma pauta constante nos debates nacionais, visando ações que adotem e fortaleçam políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades, eliminando todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres.

Vivemos um período sombrio de morte de direitos em todas as esferas; a matança inescrupulosa, corruptiva e a sangue frio acarretou um impacto direto na vida diária das mulheres brasileiras. A pergunta que não quer calar é: Onde estão nossas mulheres? O que estamos fazendo para barrar as injustiças sociais? Qual o nosso posicionamento perante as reformas aprovadas e que estão em curso? Conhecemos a fundo o estrago que essas medidas acarretarão principalmente para nós, mulheres? É fundamental que estejamos cientes do nosso papel como cidadãs, sendo urgente e necessário arregaçar as mangas e ir para cima, como nossas antecessoras, enfrentando o machismo, as desigualdades, a violência, com suor, lágrimas e com seu próprio sangue, dando a vida para que hoje todas nós tivéssemos o direito de ser alguém, de poder nos expressar e escolher os caminhos que trilharemos rumo ao futuro.



Esse dia deve ser comemorado como um lembrete de que há um caminho árduo e longo a ser percorrido para alcançar a verdadeira equivalência de direitos. É crucial reconhecer as mulheres, que hoje exercem papéis fundamentais na sociedade e devem ser valorizadas e respeitadas em todos os âmbitos de atuação. Mas, para que isso aconteça, nossos homens precisam compreender que possuem uma responsabilidade que vai muito além dos deveres domésticos compartilhados; devem incorporar essa causa como uma luta diária, não permitindo o machismo dentro de casa, no ambiente profissional e na sociedade.

Acreditamos que um dos caminhos é atingir a meta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) no que diz respeito à igualdade de gênero, principalmente a de número 5.5, que versa sobre a “garantia da participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública”. Com o objetivo de inserir as profissionais nas discussões nacionais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) realizará no dia 27 de março, às 14h, na sede do SEESP, na Capital, um evento para debater o impacto de reformas, como a trabalhista, na vida das mulheres.

Marcellie Dessimoni é engenheira ambiental e sanitária, pós-graduanda em Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Jéssica Trindade é engenheira mecânica recém-formada. Ambas atuam no Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP, respectivamente como coordenadora e estagiária

MOSTRANDO SERVIÇO

NESTES TEMPOS EM QUE O CRIME ORGANIZADO SE SOFISTICA...





ALUNOS DO ISITEC PROJETAM MELHORIAS AO SISTEMA DE TRANSPORTE DA EMTU

Jéssica Silva

SOLUÇÕES PROPOSTAS por três grupos de estudantes de Engenharia de Inovação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), que tem o SEESP como entidade mantenedora, renderam-lhes a oportunidade de estar hoje com seus projetos incubados pelo Elab – Experimentos em Transportes, laboratório de inovação da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU). A oportunidade foi premiação da primeira Maratona de Inovação do Isitec, realizada em setembro último.

O programa, que tem seis meses de duração, garante que os alunos tenham como mentores funcionários da companhia ligados aos temas respectivos. “Colocamos também pessoas de tecnologia da informação para lidar com os dados e entender o que os meninos pediriam”, conta a gestora do Núcleo de Parceria + Inovação da EMTU, Renata Veríssimo. Entusiasta do projeto de incubação, ela defende a necessidade de inovação no setor. “E não há maneira melhor de fazê-la senão dentro de casa, trazendo o conceito de processo criativo a nossa realidade”, afirma.

Um dos grupos está desenvolvendo um monitoramento de poluentes através de sensor acoplado no veículo, que percorre o trajeto da linha obtendo dados simultaneamente. “A ideia inicial era usarmos o sensor MQ 135, que já é comercializado e capaz de ler emissões de carbono, entre outros poluentes”, conta André Eiji Arahawa. Contudo, preocupados, de acor-

do com seu colega de grupo, Giovanni Signorini Bevilacqua, “com a saturação do sensor quanto ao calor e impactos”, resolveram pesquisar um que se mostre adequado à função.

O objetivo do monitoramento dinâmico é promover manutenções preventivas nos ônibus e redução na emissão de poluentes. O consultor na área de transporte sustentável e emissões veiculares Olímpio de Melo Álvares Jr. vislumbra mercado para o projeto, por envolver “tecnologia que está despontando agora”. “Hoje isso é feito com equipamentos caros, em laboratórios altamente qualificados, com indicadores apoiados em normas mundiais. É difícil de fazer, mas possível”, pontua ele, que é engenheiro mecânico e atuou por 26 anos na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Tarifa e big data

A partir da problemática de tarifa proporcional em linhas seccionadas, outro grupo focou seu projeto no cálculo do valor. A ideia é um subsídio cruzado, para que o usuário não seja prejudicado pagando mais em uma seção menos utilizada ou maior. “Estamos estudando a partir de uma linha da EMTU em teste, em Santos, que utiliza duas catracas para cobrar o valor por seção”, explica o aluno do Isitec Sandor Fleury Pereira.

Com as informações, ele conta que o grupo analisa maneira ideal para fazer a conta. “Estamos de olho também na lei que trata da obrigatoriedade de clareza no cálculo da passagem (nº 12.587/2012), para que o projeto seja viável”, detalha.

Na visão do especialista em tarifas Wagner Palmas, do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SP Urbanuss), o princípio que norteia o projeto é relevante, pois aborda a correção de valores pautada na realidade do usuário que, em geral, é de baixa renda. E pontua: “Desde que seja mantida a receita necessária aos prestadores de serviços e não onere os usuários que residam longe dos destinos de suas viagens, a medida é bem-vinda.”

O terceiro grupo explorou no conceito de zona de sombra – local em que o GPS do veículo falha – a importância de se ter dados para um monitoramento efetivo. “Se tivermos a informação, mas ela não for usada, ainda haverá zona de sombra”, explica o estudante Gideão Gomes da Silva. Esse grupo propõe um processo de monitoramento conceituado em *big data*, cruzando as informações do computador de bordo e do sistema de bilheteria do ônibus para gerar análises. “Podemos parametrizar a qualidade da viagem através dos dados”, exemplifica Silva.

Gerente de engenharia da Prodata Mobility Brasil, Paulo Zucatto enfatiza: “Em São Paulo, são em torno de 6 milhões de viagens por dia, gerando dados sobre trajetos, horários, pessoas, locais. É muita informação a ser explorada que pode resultar na melhoria de todo o sistema.”

Proposta pedagógica

Além do Elab, os estudantes usam as instalações do Isitec no desenvolvimento dos projetos. “O nosso centro de inovação fica à disposição dos grupos, assim como nossos professores estão abertos a orientá-los”, afirma Rodrigo Franco, professor de Equipes de Inovação e *Design* e membro do Centro de Inovação. Ele ressalta que os projetos não valem nota, mas possibilitam contato com o mercado de trabalho, além de condizer com a proposta de aprendizagem do instituto. “É como podemos transformar esses engenheiros em pessoas que criem soluções de impacto à sociedade”, atesta.

A coordenadora da Divisão América Latina da Associação Internacional do Transporte Público (UITP), Eleonora Pazos, chama atenção às áreas consideradas nos três projetos, de tecnologia, financiamento e impacto ambiental. “Definitivamente são os temas de maior discussão global, que estão norteando as principais tomadas de decisão no transporte mundial”, afirma. E parabeniza: “Por trás das inovações existem pessoas cuja paixão é melhorar a vida de todos. É verdadeiramente uma jornada humana, e os grupos criadores dos três projetos estão inseridos nesse contexto.”



Divulgação EMTU

Grupo do Isitec que está trabalhando no monitoramento dinâmico de poluentes em pesquisa na EMTU.

GARANTIR EFICÁCIA DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Deborah Moreira

PASSADOS OITO anos desde sua instituição, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) está muito longe de ser implantada efetivamente nas cidades brasileiras. Nem mesmo a destinação do mais básico dos 11 tipos de resíduos descritos na legislação, o domiciliar, de responsabilidade das prefeituras, foi equacionada.

Em todo o Brasil, cerca de 85% da população ainda não têm acesso a coleta seletiva, segundo o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre). Em São Paulo, onde, de acordo com a administração, todos os 96 distritos possuem o serviço, somente 6,56% dos resíduos produzidos têm tal destinação. Todos os dados são de 2016.

Especialistas defendem revisão da norma que, oito anos após sua instituição, ainda não foi implantada efetivamente.

Para especialistas, é fundamental que haja uma revisão da norma. “É uma ótima lei. Mas faltaram instrumentos econômicos para viabilizar mudanças, como a tributação distinta para produtos iguais, mas com origens diferentes. Por exemplo, o vidro feito a partir da areia tem um gasto elevado de energia e pode ter tributo maior que o produzido a partir do caco”, explica Arnaldo Jardim, secretário estadual de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, o qual presidiu o grupo de trabalho que elaborou a lei.

Foram quase 20 anos de discussão e inclusão de novos conceitos que fizeram do Brasil um dos países com uma das legislações mais avançadas nesse tema. Jardim antecipou que

retornará ao mandato de deputado federal em abril e esse será seu principal ponto de atuação: “Vou aumentar a pressão sobre o governo federal para a implementação efetiva da política tributária, que contribui diretamente com a logística reversa (*instrumento caracterizado por um conjunto de ações dos fabricantes para destinar corretamente resíduos por eles gerados, previsto na lei*).”

A engenheira ambiental Marcellie Dessimoni, coordenadora do Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP, também acredita que chegou a hora de rever a norma, “para que a gente possa efetivar as ações, com metas e prazos determinados”.

Quadro em São Paulo

“Nos últimos 13 anos a geração do lixo *per capita* na capital paulista (*maior cidade do País*) tem sido crescente, na ordem de 1,5% a 2%”, aponta o engenheiro civil Nelson Domingues Pinto Júnior, presidente da Ecourbis. Se nada for feito, ele alerta que daqui a 15 anos a cidade precisará armazenar seu lixo a mais de 200 quilômetros de distância, o que encarecerá o serviço. Análises periódicas no aterro demonstram o desperdício de alimentos e a ausência de logística reversa: “Cerca de 55% é matéria orgânica. Também se nota a presença significativa de metal pesado de bateria de eletrônicos.”

A concessionária Ecourbis cuida de 19 das 32 prefeituras regionais, nas zonas leste e sul. Atualmente, recolhe ao dia 7 mil toneladas de lixo doméstico, representando quase 60% de todo o volume da cidade. Um dos seus compromissos era entregar a São Paulo um aterro ambientalmente controlado, o que ocorreu em 2010, ao inaugurar a Central de Tratamento de Resíduos Leste (CTL), com capacidade até 2026. “Essa data depende de quanto a população gerar de resíduos e rejeitos”, pondera Domingues.

Educação ambiental

Diversas iniciativas vêm sendo feitas para contribuir com uma melhor gestão dos resíduos. O Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP tem atuado no Itaim Paulista, com o objetivo de

buscar soluções para as enchentes no bairro, a partir do projeto “Cresce Brasil – Itaim Paulista” – o qual integra o “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), que tem a adesão do sindicato de São Paulo. Neste momento, o foco é a ampliação da consciência ambiental a partir da educação, trabalho que será feito na Escola Estadual Wilson Rachid. “Falta relacionar a teoria com os problemas reais e as soluções para mudar a cultura. Cada um tem que se responsabilizar pela produção do seu lixo”, diz Dessimoni, referindo-se ao conceito da Lei 12.305/2010 de corresponsabilidade.

Também no âmbito da educação, o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), mantido pelo SEESP, promoverá, em parceria com a Ecourbis, a especialização “Gestão ambiental sustentável”. Com duração de 408 horas, tem início previsto para 27 de abril próximo.

“O grande problema hoje é que os cursos de graduação não têm condições de oferecer tanto conhecimento específico. Hoje o profissional é um eterno aluno. Conceitos que ainda são muito novos, como corresponsabilidade, que envolve cidadãos, empresas e governos, precisam ser disseminados e melhor compreendidos”, defende o coordenador do curso, João Sérgio Cordeiro.

O engenheiro sanitário Jorge Rocco, professor de uma especialização na mesma área, salienta que a Política Nacional de Resíduos Sólidos traz também o conceito de acordos setoriais. “No setor da construção civil, por exemplo, existem boas práticas, mas ainda é pouco. Falta o olhar da logística reversa, e o poder público não quebrou gargalos econômicos, que fazem com que a matéria-prima virgem tenha o mesmo preço ou seja até mais barata que o material processado”, avalia.



São Paulo recicla pouco mais de 6% de seus resíduos, que sem destinação adequada se acumulam em calçadas no centro da Capital.



Reforma trabalhista *já revela malefícios*, afirma juiz

Jéssica Silva

OS DEBATES EM torno da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) não cessam, dada a grande mudança que provoca no mundo do trabalho. “Na medida em que o negociado prevalece sobre o legislado e se enfraquecem os sindicatos, o que se faz é fortalecer o outro lado, empresas e sindicatos patronais”, expõe o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano. Como resultado da 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, promovida pela entidade em outubro último, em Brasília (DF), foram aprovados 125 enunciados sobre a interpretação da reforma (*confira em <https://goo.gl/ghbQZN>*). O encontro reuniu mais de 600 juizes do trabalho de todo o Brasil, além de outros operadores do Direito. Nesta entrevista ao **Jornal do Engenheiro**, Feliciano assegura: “A Anamatra seguirá fazendo esse debate.”

Quais os principais problemas da Lei 13.467 e o que muda com a Medida Provisória 808/2017?

A Medida Provisória 808 resolveu parcialmente a questão da jornada 12 por 36h, que pela Constituição jamais poderia ser negociada individualmente. Mas ressalvou o segmento de hospitais e áreas semelhantes, estes poderão negociar individualmente, o que é inconstitucional. Também foi mudado a respeito de negociações de prorrogação de jornada em ambiente insalubre e o próprio enquadramento da insalubridade, que não podem contrariar as leis e normas administrativas que já existem. Nesses casos, o negociado não prevalece sobre o legislado. De resto, tudo aquilo que era apontado continua na lei e já vem revelando seus malefícios. A restrição ao acesso à Justiça do Trabalho, o trabalho intermitente, as várias hipóteses do negociado prevalecer sobre o legislado são exemplos.

Como isso afeta o trabalhador?

O que já é perceptível no momento é a dificuldade criada para o acesso à Justiça, que afeta principalmente o trabalhador mais pobre. Mesmo que o juiz declare sua condição de pobreza, ele ainda terá que arcar com despesas de perícias que forem necessárias no processo e com os honorários do advogado da empresa se por

acaso perder em alguma das suas pretensões. Isso significa uma recusa ao próprio acesso à Justiça por meio de obstáculos econômicos que, portanto, fazem com que trabalhadores, embora convictos dos seus direitos, evitem ir à Justiça com medo das consequências. Nós teremos uma queda do número de ações baseada em temor, e aí estaremos retrocedendo um debate já consolidado, de superar as barreiras econômicas, de justiça gratuita.

Como os sindicatos são atingidos?

Ao mesmo tempo em que a reforma traz a ideia do negociado sobre o legislado e diz fortalecer os sindicatos, enfraquece-os. A possibilidade de terceirização da atividade-fim, de constitucionalidade duvidosa, de todo modo, agora está na lei. Uma vez possibilitada, o que veremos nos próximos anos será uma segmentação absurda das categorias mais fortes. Teremos cada vez menos bancários, por exemplo, e mais trabalhadores de empresas de prestação de serviços nos bancos. Grandes categorias podem ser enfraquecidas, e a categoria mais amorfa será inflada.

Isso resulta em mais perdas de direitos?

Com toda certeza. Na medida em que a lei passa a dar prevalência do negociado sobre o legislado e enfraquece os sindicatos, o outro polo dessa relação é fortalecido, ou seja, as empresas e organizações patronais, que muitas vezes poderão se valer da própria negociação coletiva perante entidades sindicais mais frágeis para redução de direitos e retrocessos em garantias históricas. A Justiça do Trabalho também é fortemente atingida, o que impede que cumpra sua função de pacificadora social dos conflitos entre capital e trabalho. Em vários itens (*da lei*) de constitucionalidade duvidosa, a Anamatra está fazendo o devido trabalho de esclarecimento e de enfrentamento. Mas o que houve na verdade foi um esforço de mediocriizar a Justiça do Trabalho.

Qual é o papel da Justiça do Trabalho?

Assegurar o reconhecimento e fruição de direitos sociais e outros fundamentais, que de algum modo estejam ameaçados ou mesmo lesados nas relações de trabalho. Juizes do trabalho lidam fundamentalmente com direitos humanos. O Direito do Trabalho nasceu exatamente para proteger a integridade física dos trabalhadores, num contexto em que a assimetria econômica fazia com que se submetessem às mais terríveis condições de trabalho.

Como a Anamatra pretende atuar nesse contexto?

A Anamatra atuou subsidiando o Parlamento com uma série de notas técnicas e participando de audiências públicas, durante a tramitação da reforma, alertando para as inconstitucionalidades. Realizamos a primeira grande jornada nacional a discutir as interpretações possíveis para a lei antes mesmo que entrasse em vigor. No campo judicial, a associação ingressou no Supremo Tribunal Federal duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, uma delas questionando a absurda tarifação das indenizações por dano moral e outra ao depósito recursal, que historicamente tem sido uma importante garantia do trabalhador no processo.

Lei enfraquece sindicatos, fortalecendo empresas e organizações patronais, aponta presidente da Anamatra.



Guilherme Guimarães Feliciano: lei cria dificuldades ao acesso à Justiça do Trabalho.

Seminário

Inovação na educação em engenharia

O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), mantido pelo SEESP, sediará o seminário “Educação empreendedora e novas diretrizes curriculares em engenharia”, no dia 19 de março próximo. A atividade é uma realização da Associação Brasileira de Educação em Engenharia (Abenge). O diretor de graduação do instituto, José Marques Póvoa, destaca a importância do evento à engenharia nacional, porque “na proposta das novas diretrizes curriculares a formação empreendedora será indispensável”. Ele prossegue: “Todos os cursos da área terão que se adequar para atender a essas condutas, sendo uma delas fazer com que o profissional atue em todo o ‘ciclo de vida’ e contexto do empreendimento, inclusive na sua gestão e manutenção.”

Nesse sentido, observa o professor, o Isitec pode se tornar um “modelo, uma vez que já fomos criados com essa visão”. E explica: “No nosso curso de Engenharia de Inovação, pioneiro no País, temos sete disciplinas, como momentos de discussão, sobre empreendedorismo/design/inação.”

O seminário da Abenge tratará, entre outros temas, de políticas públicas e privadas para a educação empreendedora em engenharia, lançando perspectivas e debatendo relatos de casos. “A proposta para as novas diretrizes foca em um perfil desejado do engenheiro para o século XXI, uma das premissas para criar o Isitec e a graduação em Engenharia de Inovação”, exalta Póvoa.

O seminário será das 8h às 19h, na sede do instituto, na Rua Martiniano de Carvalho, 170, bairro Bela Vista, capital paulista. Confira a programação preliminar em <https://goo.gl/oEtr4M>.

Tendências de avaliação dos processos seletivos de 2018



A CONSULTORIA Michael Page aponta o que as companhias esperam na retomada do crescimento da economia nacional. Segundo seu diretor executivo, Ricardo Basaglia, com indicativo de recuperação, as empresas – após três anos seguidos em que reduziram custos, projetos, estrutura física e pessoal – devem “planejar ações de expansão, em diversos níveis, e os gestores terão o desafio de liderar boa parte dessas iniciativas”. Basaglia selecionou algumas perguntas que estarão na pauta dos processos seletivos para gestores em 2018. Confira os temas e explicação de cada tópico:

1 – Quantas pessoas você conheceu em 2017 que contribuíram para o seu conhecimento? Onde ocorreram essas conexões? As empresas querem entender em quais circunstâncias os gestores encontraram fontes de referência ou inspiração em nível profissional e pessoal.

2 – Em quais momentos você contribuiu para o desenvolvimento de alguém no ano passado? Pense em colegas, amigos, companheiros de trabalho etc.. É fundamental que o gestor demonstre o seu poder de contribuição, mais do que isso: sua disposição para fazer mais e levar bons valores às pessoas a sua volta.

3 – Quais conhecimentos você adquiriu fora de sua área de atuação em 2017? Demonstrar capacidade de aprendizado, mesmo quando está em *off*, é uma virtude muito valiosa. Isso demonstra que o gestor tem compromisso com o autodesenvolvimento e criatividade.

4 – Se você não existisse na sua atual empresa, o que ela perderia? Este é o momento em que o gestor deve comentar os seus feitos individuais, resultados, projeções e também evidenciar as suas habilidades sutis de inspiração e relacionamento com as pessoas e clientes. Ele deve ressaltar o seu respeito à instituição e aos pontos do negócio.

5 – Quando as pessoas não gostam de você no ambiente de trabalho, normalmente quais são os motivos? Você é capaz de enxergá-los sem o feedback de outras pessoas? Quais comportamentos você tem oportunidade de melhorar?

Aqui as empresas estão de olho em um dos aspectos da já tradicional “inteligência emocional” mais desejados neste momento de mercado: a capacidade de reconciliação. Os períodos de crise deixam marcas. Será fundamental que os gestores saibam reconectar as pessoas, ao menos, para a cooperação em alto nível dentro do trabalho. Isso será importante para a retomada de crescimento.



Ricardo Basaglia acredita que as empresas vão planejar ações de expansão, e os gestores terão o desafio de liderar essas iniciativas.

Educação continuada

Isitec oferece pós em gestão de TI e ambiental e muito mais

O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) está com inscrições abertas para seis cursos de pós-graduação e MBA. Estão compreendidas várias especializações, entre essas em Gestão de Tecnologia da Informação (TI), com ênfase em inovação; Geração de energia solar fotovoltaica; Gestão ambiental sustentável; Excelência operacional; Energia e BIM. Todas as informações sobre grade curricular, valores etc. são obtidas em www.isitec.org.br/pos/.



ISITEC
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

EXCELÊNCIA EM
EDUCAÇÃO

Conheça os nossos cursos



www.isitec.edu.br

R. Martiniano de Carvalho, 170
São Paulo/SP
Tels.: (11) 3254-6850 e 3294-9697

SEESP repudia venda da Cesp

“O Sindicato dos Engenheiros é contra a privatização em áreas consideradas estratégicas, como petróleo, gás, energia e recursos hídricos, portanto, de empresas como Petrobras, Eletrobras, Cesp. Um sistema de blindagem a essas empresas seria solução para não perdermos esses bens. Ao fomento da política energética de São Paulo, o ideal é que a Cesp continue nas mãos do Estado. Externamos também nossa preocupação com relação aos assistidos e empregados da companhia.” Assim o diretor do sindicato Osvaldo Passadore se pronunciou em audiência pública na Secretaria



Passadore: ideal é que empresa continue nas mãos do Estado.

ria da Fazenda do Estado de São Paulo, no dia 20 de fevereiro, sobre o edital de venda da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). No ensejo, sindicalistas protestaram contra a entrega do patrimônio público à iniciativa privada.

Conheça a gestão 2018-2021

Encontra-se no *site* do SEESP o livro com as principais propostas de ação e a relação de toda a diretoria executiva, assim como das 25 delegacias sindicais no Interior, para a gestão 2018-2021. Confira em <https://goo.gl/WEWMiD>.



Estudantes aprovam contribuição simbólica ao sindicato



Carmona fala sobre indústria 4.0 a estudantes de engenharia durante reunião do Núcleo Jovem.

Em sua primeira reunião do ano, o Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP discutiu os planos para 2018. Entre as deliberações aprovadas por unanimidade no encontro, a cobrança de anuidade, num valor simbólico, para o estudante pela utilização dos serviços, benefícios e bolsas que os acadêmicos usufruem do sindicato. Também foi realizado no ensejo o “Círculo de diálogo” do núcleo, sobre o tema “Indústria e profissional 4.0”, com palestra de Ricardo Carmona, graduado em engenharia mecatrônica pela

Universidade de Mogi das Cruzes, mestre em engenharia bioquímica, pós-graduado em planejamento e implementação e gestão da EaD pela Universidade Federal Fluminense (UFF). “Concluímos que o profissional 4.0 deve estar preparado para suprir a demanda do mercado, aliado a uma equipe multidisciplinar, mudando o conceito em que trabalhadores apenas exerciam o fazer e agora passam a exercer o pensar (desenvolver)”, observa a coordenadora do núcleo, Marcellie Dessimoni.

Campanhas salariais

CPTM – Os engenheiros da CPTM protocolaram na empresa a pauta de reivindicações 2018-2020 aprovada em assembleias nos dias 11 e 24 de janeiro último. A companhia já formalizou ao SEESP a garantia da data-base em 1º de março, e as negociações tiveram início no dia 20 de fevereiro.

Sabesp – No dia 6 de fevereiro, os engenheiros da Sabesp, com data-base em 1º de maio, aprovaram em assembleia sua pauta de reivindicações para entrega à empresa com vistas ao início das negociações.

Comgás – Em assembleia no dia 21 de fevereiro, os engenheiros da Comgás, com data-base em 1º de junho, aprovaram a pauta de reivindicações para a campanha salarial de 2018, a qual foi protocolada na empresa no dia 26 do mesmo mês.



Adeus a Istenes

O SEESP lamenta profundamente a morte do seu ex-diretor e engenheiro José Istenes Eses Filho (foto) em 17 de fevereiro. Assim, expressa solidariedade à família e amigos.

UNIARARAS
FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

PÓS-GRADUAÇÃO 2018

ESPECIALIZAÇÃO

- ✓ Engenharia Ambiental com ênfase em Sustentabilidade
- ✓ Engenharia Química
- ✓ Engenharia da Qualidade com Certificação em Green Belt
- ✓ Engenharia de Alimentos
- ✓ Engenharia de Produção com Certificação Lean Manufacturing
- ✓ Engenharia de Segurança do Trabalho

APERFEIÇOAMENTO

- ✓ Patologia e Terapia das Construções

Crédito Estudantil

Consulte as regras e cursos participantes em nosso site.

FAÇA SUA INSCRIÇÃO 0800 770 44 55 | www.uniararas.br 19 9 9872 0550